

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, DE 2011,**
3 **REALIZADA NO DIA 20 JUNHO DE 2011.** Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e onze, instalou-
4 se a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP - CTC, em Resende/RJ, com a
5 presença dos seguintes membros: **Poder Público:** Moema Versiani Acselrad (INEA/RJ), Lilian Machado
6 (INEA/RJ), Fabiano Vanone (Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SP), Maria Judith M. S. Schmidt
7 (CETESB/SP), Regina Márcia Pimenta de Melo (IGAM/MG). **Usuários:** Zeila Piotto (FIESP/SP), Paulo
8 Valverde (CESAMA/MG), Maria Aparecida Vargas (Energisa/MG), Humberto Duarte (Light/RJ), Danilo
9 Henrique Vergílio (CIESP/SP), Renato Traballi Veneziani (SABESP/SP); **Organizações civis:** Luiz Roberto
10 Barretti (ABES/SP); Ana Maria de Gouvêa (Fundação Christiano Rosa/SP), Vera Lúcia Teixeira (ONG O
11 Nosso Vale! Nossa Vida/RJ), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Rio Carioca/RJ), Teresa Cristina
12 Brazil de Paiva (EEL/SP), Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA/SP); e dos **seguintes convidados:** Edson
13 Fujita, Flávio Simões, Hendrik Mansur, Aline Alvarenga, Andrea Sundfeld (AGEVAP); Alexandre
14 Nascimento da Silveira, secretário do CEIVAP; João Paulo Machado (SEMASA/MG); Fernando Carlos
15 Oliveira Junior (Águas do Paraíba/RJ); Juarez Fernandes; Fátima Casarin (SEA/RJ); Luiz Felipe Daudt
16 (Projeto Piabanha); Roberto Souza e João Henrique (IBAMA); Adriana Prestes (Vale Verde); Redelvim
17 Dumont e Luiz Carlos Amarilho (UHE Itaocara); e João Alberto Cardoso de Oliveira (CESP/SP); para tratar
18 da **seguinte pauta:** 1- Aprovação da ata da última reunião; 2- Eleição e posse dos novos membros da
19 Câmara Técnica Consultiva; 3- Eleição e posse do novo coordenador da Câmara Técnica Consultiva; 4-
20 Apresentação referente ao empreendimento UHE Itaocara; 5- PSA; 6 – Situação das demandas induzidas; 7 –
21 Demandas de municípios para ações emergenciais; 8 – E outros assuntos. O secretário do CEIVAP, Sr.
22 Alexandre Nascimento da Silveira, abriu a reunião informando que desde a posse da nova diretoria, quando
23 começou a ocupar o cargo de secretário, procurou saber de diversos assuntos vinculados ao Comitê. Ele
24 também comunicou que a diretoria colegiada do CEIVAP se reuniu no dia 15 de junho numa reunião em São
25 Paulo e discutiu alguns pontos, como as obrigações com a ANA no que tange ao contrato de gestão, o
26 trabalho da Caixa Econômica Federal como responsável pelo repasse do recurso ao tomador, e também a
27 situação das demandas induzidas. O Sr. Alexandre também informou que o encontro seria complementado
28 com uma nova reunião entre a diretoria do CEIVAP e da AGEVAP, no dia 22 de junho, na sede da Agência,
29 em Resende (RJ). Em seguida, o secretário abriu espaço para que os presentes na reunião pudessem fazer
30 perguntas para ele, como representante da diretoria colegiada. A Sra. Ana Maria de Gouvêa, da Fundação
31 Christiano Rosa/SP, pediu a palavra e disse que nas últimas reuniões do CEIVAP houve alguns problemas
32 que surgiram por causa de algumas incongruências referentes ao Regimento Interno do Comitê, como, por
33 exemplo, o rodízio entre os três Estados e dos segmentos. Ela sugeriu que o Regimento Interno fosse
34 novamente estudado através de um grupo de trabalho, já que a última alteração no documento não refletiu a
35 opinião da plenária. O coordenador de gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, informou que já existe este
36 grupo de revisão do regimento interno. A coordenadora de núcleo do CEIVAP, Sra. Aline Alvarenga,
37 complementou a informação explicando que o grupo foi criado pela então secretária do CEIVAP, Sra. Maria
38 Aparecida Vargas. Ela solicitou que fossem enviados e-mails aos membros da plenária para a criação deste
39 grupo de trabalho, sendo que 12 (doze) representantes manifestaram interesse, tendo sido realizada uma
40 reunião em outubro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro. A Sra. Ana Maria disse que é preciso ser revisto
41 este grupo, já que a plenária está composta por novos integrantes. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP)
42 sugeriu que fosse feita uma nova convocação para esta discussão. O Sr. Alexandre questionou sobre o
43 procedimento para a criação de grupos de trabalho. A Sra. Aline Alvarenga informou que esta é uma
44 atribuição da plenária e não da CTC. O Sr. Alexandre Nascimento da Silveira disse que o assunto seria
45 levado à nova diretoria para apreciação. **Item 1 da pauta – aprovação da ata da última reunião.** A ata da
46 4ª Reunião Extraordinária da CTC foi aprovada com as seguintes modificações: A Sra. Teresa Cristina Brazil
47 de Paiva (EEL/SP) solicitou que constasse a justificativa de ausência na última reunião. Na linha 11, onde se
48 lê “Fátima Casarin (INEA/RJ)”, leia-se “Fátima Casarin (SEA/RJ). Na linha 12 excluir o nome da Sra. Maria
49 Luiza Ferreira (SAAE-Três Rios/RJ). Na linha 37 excluir o seguinte trecho: se o projeto da Prefeitura de
50 Guaratinguetá for aprovado pelo plenário do Comitê. Na linha 44, na fala da Sra. Moema Versiani,
51 acrescentar “No entanto, demandas induzidas devem seguir os mesmos passos para a contratação da
52 AGEVAP.”. Nas linhas 53 e 54, onde se lê “Na seqüência, a Sra. Fátima Casarin, técnica do INEA/RJ (...)”,
53 leia-se “Na seqüência, a Sra. Fátima Casarin, técnica da SEA/RJ (...)”. Na linha 55 onde se lê “A
54 representante do INEA” leia-se “A representante da SEA”. Na linha 57, onde se lê “segundo a representante
55 do INEA, há planilhas bem detalhadas sobre metas e custos”, leia-se “segundo a representante da SEA, há
56 planilhas bem detalhadas sobre metas e custos”. Na linha 49, onde se lê “Na próxima reunião da CTC, a
57 Prefeitura de Guaratinguetá”, leia-se “A AGEVAP com apoio técnico da Prefeitura de Guaratinguetá”. Na
58 linha 58, onde se lê “O INEA deverá fazer os últimos ajustes”, leia-se “A AGEVAP, com apoio técnico da
59 SEA/INEA deverá fazer os últimos ajustes”. Na linha 89, onde se lê “faltou apontar quais as disposições das

60 referidas deliberações”, leia-se “faltou analisar o atendimento das referidas deliberações”. Nas linhas 90, 91 e
61 92, onde se lê “Devem ser feitas as seguintes alterações, propostas pela própria CTC, no documento
62 consolidado pela Coordenadora, sobre os relatórios contratados para aperfeiçoamento dos mecanismos de
63 cobrança”, leia-se “Consolidar o parecer sobre os aspectos técnicos sobre o relatório da empresa contratada
64 como se segue”. Nas linhas 102 e 103, onde se lê “os Estudos para Aperfeiçoamento dos Mecanismos de
65 Cobrança, realizados pela Gama Engenharia de Recursos Hídricos não atendem ao que está disposto nas
66 Deliberações nº 65 e 133”, leia-se “os Estudos para Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Cobrança,
67 realizados pela Gama Engenharia de Recursos Hídricos atendem ao que está disposto nas Deliberações nº 65
68 e 133”. Na linha 107, excluir o seguinte trecho: “e sua aprovação pelo CEIVAP”. Na linha 128, onde se lê
69 “Diante do parecer jurídico contrário ao cancelamento do contrato com a empresa encarregada de elaborar o
70 curso de capacitação em Reuso da Água, a posição da CTC é de que se desconsidere o parecer jurídico e se
71 faça o cancelamento, assumindo a multa decorrente. Se essa recomendação não for acatada, deve ser
72 registrada a manifestação formal da CTC de que a empresa contratada não tem condições de executar esse
73 projeto”, leia-se: “A CTC reitera sua recomendação de cancelar o contrato do projeto uso racional (reuso),
74 pelas razões já discutidas e elencadas em reuniões anteriores, assumindo-se a multa decorrente. Se essa
75 recomendação não for acatada, deve ser registrada a manifestação formal da CTC de que a empresa
76 contratada não tem condições de executar esse projeto.” **Item 2 da pauta – Eleição e posse dos novos**
77 **membros da CTC** – Após sugestão da representante na ONG Nosso Vale! Nossa Vida, Vera Lucia Teixeira,
78 os membros indicados para a CTC e os convidados se apresentaram formalmente. Em seguida, o secretário
79 do CEIVAP, Alexandre Nascimento da Silveira, apresentou as indicações de cada Estado enviadas à
80 AGEVAP para a formação da CTC para o biênio 2011/2013. Como algumas instituições não apresentaram
81 os nomes de seus representantes, o Sr. Alexandre questionou sobre o procedimento a ser realizado. A Sra.
82 Aline Alvarenga informou que as instituições devem encaminhar para a AGEVAP o nome dos
83 representantes físicos que as representarão na CTC, já que é considerado membro a instituição e ela deve
84 indicar uma pessoa física como representante. Após a leitura dos indicados, a Sra. Adriana Prestes, da ONG
85 Vale Verde pediu a palavra para demonstrar seu descontentamento quanto à ausência da representação da
86 ONG Vale Verde/SP na composição da CTC para o biênio 2011/2013. Ela comentou que a instituição vinha
87 realizando um trabalho sério nos dois últimos anos, quando ocupou uma das vagas na CTC, participando de
88 grupos de trabalho. Ela ressaltou que entende a rotatividade que deve existir entre as instituições na
89 composição, mas salientou que a câmara é técnica e por isso tem que trabalhar tecnicamente. Após o
90 comentário, a Sra. Zeila Piotto questionou sobre as indicações das organizações civis do Estado de São Paulo
91 para a CTC. A Sra. Aline Alvarenga informou que as indicações da Fundação Christiano Rosa, da ABES/SP,
92 da EEL/SP e da SOAPEDRA vieram no CBH-PS. Já a indicação da ONG Vale Verde veio pela Sra. Adriana
93 Prestes e do IAP pela Sra. Rose Atuati. A Sra. Ana Maria de Gouvêa entendeu que era importante explicar
94 como ocorreu o processo de indicação no Estado de São Paulo. Ela disse que em São Paulo ficou decidido
95 fazer junto o processo eleitoral exigido pelo CEIVAP, que tinha uma eleição em cada Estado. Essa comissão
96 no Estado de São Paulo foi, inicialmente, conduzida por uma pessoa, e essa pessoa, junto com duas outras
97 pessoas fizeram todas as reuniões que deveriam ser feitas de acordo com o processo eleitoral, democrático,
98 no qual todos tivessem a oportunidade de se inscrever, dentro das regras publicadas no Edital. Cada
99 segmento se reuniu separadamente e apresentou, também, numa escolha eleitoral, os membros que deveriam
100 participar. De São Paulo foram indicadas 19 pessoas para participar da plenária do CEIVAP, respeitando os
101 segmentos. De acordo com a Sra. Ana Maria, em seguida os representantes de cada segmento fizeram suas
102 indicações para a CTC, que depois foram levados à plenária do CBH-PS. Após o processo eleitoral ser
103 encerrado, a comissão eleitoral apresentou os nomes ao presidente do Comitê, Sr. Luiz Roberto Barretti, para
104 que fosse apresentado à AGEVAP. Neste processo a entidade da Sra. Adriana Prestes não foi indicada para
105 participar da CTC. A Sra. Moema Versiani esclareceu que o Regimento Interno do CEIVAP diz que as
106 indicações para a CTC devem ser feitas por membros titulares da plenária. Para solução do problema de São
107 Paulo, ela sugeriu que os representantes da sociedade civil do Estado se reunissem para uma pequena reunião
108 e decidissem entre eles quem seriam os indicados, já que os demais membros não poderiam intervir nesta
109 situação. O secretário do CEIVAP, Sr. Alexandre Nascimento da Silveira, acreditou que a proposta da Sra.
110 Moema era cabível e legítima para o momento, já que a indicação da Sra. Adriana Prestes, que não veio da
111 comissão eleitoral de São Paulo também era legítima, já que, de acordo com o Regimento Interno, a ONG
112 Vale Verde poderia indicar um representante para a CTC, por ser membro da plenária do CEIVAP. Foi
113 estabelecido um prazo de dez minutos para a reunião dos integrantes da sociedade civil de São Paulo. Após o
114 recesso e a volta dos membros da sociedade civil de São Paulo para a sala de reunião, o Sr. Alexandre
115 interrogou o Sr. Luiz Roberto Barretti, presidente do CBH-PS, sobre o que havia decidido. Ele informou que
116 após a reunião, na qual participaram, além dele, a Sra. Adriana Prestes, a Sra. Ana Maria de Gouvêa, a Sra.
117 Teresa Cristina Brazil de Paiva e o Sr. Rutney Erica Mora, ficou ratificada as indicações enviadas pelo CBH-
118 PS: Fundação Christiano Rosa (titular), Escola de Engenharia de Lorena (Suplente), ABES/SP (titular) e

119 SOAPEDRA (suplente). Para confirmar a posição do Estado de São Paulo, o Sr. Barretti entregou à
120 AGEVAP um documento no qual assinaram os representantes da sociedade civil, reafirmando a decisão.
121 Desta maneira, foram empossados os seguintes membros para a composição 2011/2013 da CTC: Minas
122 Gerais: 1) titular: IGAM (Wanderlene Nacif) e suplente: IGAM (Regina Márcia Pimenta de Melo); 2) titular:
123 Prefeitura de Piauí e suplente: Prefeitura de Além Paraíba; 3) titular: CESAMA (Paulo Valverde) e suplente:
124 FIEMG; 4) Titular: Energisa (Maria Aparecida Vargas) e suplente: Agro-Indústria das Gerais; 5) titular:
125 BIOCEP e suplente: IAVARP (João Emídio Lima da Silva); 6) titular: FUNCEC e suplente FAFILE (Braz
126 Cosenza). Rio de Janeiro: 1) titular: INEA (Moema Versiani Acselrad) e suplente: INEA (Lílian Machado);
127 2) titular: vago e suplente: vago; 3) titular: Light (Humberto Duarte) e suplente: ASFLUCAN (Zenilson
128 Coutinho); 4) titular: vago e suplente: vago; 5) titular: ONG O Nosso Vale! Nossa Vida (Vera Lucia
129 Teixeira) e suplente: Instituto Rio Carioca (Roberto Machado de Oliveira); 6) titular: Instituto Ipanema
130 (Jaime Bastos) e suplente: vago. São Paulo: 1) Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Fabiano Vanone) e
131 suplente: CETESB (Maria Judith M. S. Schmidt); 2) Prefeitura de Guaratinguetá (André Luis de Paula
132 Marques) e suplente: Prefeitura de Jacareí (José Roberto Fernandes); 3) titular: FIESP (Zeila Piotto) e
133 suplente: CIESP (Danilo Henrique Virgílio); 4) titular: SABESP (Renato Traballi Veneziani) e suplente:
134 CAB-Guaratinguetá (Fernando Torres P. de Faria); 5) titular: ABES/SP (Luiz Roberto Barretti) e suplente:
135 Escola de Engenharia de Lorena (Teresa Cristina Brazil de Paiva); 6) titular: Fundação Christiano Rosa (Ana
136 Maria de Gouvêa) e suplente: SOAPEDRA (Ruteni Morato Erica). **ENCAMINHAMENTOS**: O senhor
137 Fernando C. Oliveira Junior, do grupo Águas do Brasil, pediu a inclusão da instituição como membro da
138 CTC, nas vagas em aberto para o setor de usuários do Estado do Rio de Janeiro. Para a inclusão, ele deverá
139 entregar na sede da AGEVAP, secretaria-executiva do CEIVAP, a solicitação da empresa, indicando o
140 mesmo como representante. **Item 3 da pauta – Eleição e posse do novo coordenador da Câmara Técnica**
141 **Consultiva** – O Sr. Alexandre Silveira perguntou à coordenadora da CTC do biênio 2009/2011, Sra. Zeila
142 Piotto, se havia interesse por parte dela em continuar na coordenação. Ela, por sua vez, lembrou que além
143 da escolha do coordenador, teria que ser eleito, também, um novo relator. A Sra. Aline Alvarenga confirmou
144 a informação da Sra. Zeila Piotto e acrescentou que era necessário eleger, ainda, o coordenador substituto e o
145 relator substituto. A Sra. Zeila Piotto comunicou o interesse em continuar na coordenação, fazendo o pedido
146 para que a Sra. Moema Versiani continuasse como relatora, pelo bom trabalho que as duas realizaram juntas
147 no último biênio. A Sra. Ana Maria de Gouvêa indicou, para o cargo de coordenador substituto o Sr. Luiz
148 Roberto Barretti. A Sra. Vera Lucia Teixeira foi indicada pelos demais membros para continuar na vaga de
149 relatora substituta. Com as indicações foi formada uma chapa única, formada por: Zeila Piotto
150 (coordenadora), Moema Versiani (relatora), Luiz Roberto Barretti (coordenador substituto) e Vera Lucia
151 Teixeira (relatora substituta). Em seguida, o Sr. Alexandre Nascimento da Silveira questionou os membros se
152 existiam outros candidatos. Na ausência de respostas, ele considerou a chapa única eleita por aclamação. O
153 secretário do CEIVAP fez questão de ressaltar a satisfação de ver a Sra. Zeila Piotto na coordenação da CTC,
154 pelo trabalho que vem sendo executado. **Item 5 da pauta – PSA** – A pedido da Sra. Fátima Casarin
155 (SEA/RJ), o secretário do CEIVAP, Sr. Alexandre Nascimento da Silveira, indagou os membros se poderia
156 ocorrer uma troca na seqüência da pauta, o que foi acatado pelos mesmos. Deste modo, a apresentação do
157 Consórcio UHE Itaocara foi realizada após a discussão do PSA, item 5 da pauta. A Sra. Zeila Piotto, já eleita
158 coordenadora da CTC, agradeceu a confiança dos membros para permanecer por mais dois anos na
159 coordenação e também a colaboração da Sra. Moema Versiani por ter aceitado continuar como relatora. Em
160 seguida ela esclareceu aos membros mais novos sobre a exigência do quorum da CTC: em primeira chamada
161 50% mais um; na segunda chamada com um terço dos membros. Ela ainda lembrou o histórico das
162 demandas induzidas no CEIVAP e depois especificamente sobre a implantação do PSA. Como o Rio de
163 Janeiro ficou de apresentar novamente a minuta do Termo de Referência para aplicação do PSA no Estado, a
164 coordenadora solicitou que a Sra. Fátima Casarin realizasse a apresentação. A representante da SEA/RJ
165 contextualizou o PSA dentro do Rio de Janeiro, contando um pouco da história do Pagamento por Serviços
166 Ambientais no Estado e seus principais programas. Sobre a apresentação do PSA no CEIVAP, a Sra. Fátima
167 questionou os membros sobre qual seria a melhor forma para apresentar as alterações feitas após os pedidos
168 da última reunião. A coordenadora da CTC, a Sra. Zeila Piotto, reiterou a recomendação de que toda vez que
169 necessite uma apresentação para a CTC, ela venha com maior clareza possível. Como não havia uma nova
170 apresentação, ela indicou que fossem revistos apenas os pontos em que ocorreram divergências. A primeira
171 delas foi no item “Valor e prazo estimado do contrato”, no qual não havia ficado claro a disponibilidade de
172 R\$ 600 mil para o Estado do Rio de Janeiro. Outra modificação foi sobre o prazo, que inicialmente haviam
173 sido estipulados três anos e houve a alteração de um prazo mínimo de três anos e máximo para cinco anos.
174 Outro questionamento levantado pelos membros na CTC, ainda referente ao valor, foi sobre os encargos e
175 impostos. O Sr. Edson Fujita ressaltou que, no caso do PSA, os encargos se darão, principalmente, através de
176 RPA (Recibo de Pagamento a Autônomo), forma pela qual os produtores rurais receberão o pagamento. Por
177 este meio, a AGEVAP terá que entrar com 20% do pagamento do INSS. A Sra. Adriana Prestes fez um

178 questionamento sobre o porquê de apenas entidades civis sem fins econômicos e prefeituras poderem
179 candidatar-se como Proponente. A Sra. Fátima Casarin informou que o projeto optou por elas por causa da
180 experiência adquirida nesta área por este tipo de entidades. O próximo item a ser discutido foi o “perfil
181 requisitado para a equipe técnica”. A pontuação foi alterada, excluindo a pontuação para profissionais que
182 possuísem especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado, tendo ficado apenas a graduação. A Sra.
183 Fátima Casarin explicou que a mudança ocorreu pelo fato de muitos técnicos agrícolas terem mais
184 experiência na área do que muitos especialistas, mestres e doutores. Ainda sobre o perfil requisitado para a
185 equipe técnica, a Sra. Ana Maria de Gouvêa solicitou que no item proponente seja incluído a exigência de
186 experiência profissional em recursos hídricos, já que o PSA do CEIVAP deve valorizar a questão dos
187 recursos hídricos. A mesma situação deve ocorrer na Experiência Profissional, descrita no item 6.2.2.4. O
188 próximo item discutido foi o “Produtos”. A Sra. Zeila Piotto questionou sobre onde estão os resultados
189 esperados do projeto no corpo da minuta. A Sra. Fátima Casarin informou que eles foram descritos nas
190 tabelas em anexo, que seguiram o parâmetro do PSA da ANA. A Sra. Zeila Piotto solicitou que esta
191 informação venha descrita no corpo do projeto, dando como sugestão a inserção do item “Metas previstas do
192 projeto”. Outras duas solicitações foram propostas pelos membros da CTC, ambas no anexo III (Modelo de
193 Ficha de Adesão dos Proprietários ao Programa). No item 4 “Atividades e Cronograma de Execução”, a CTC
194 solicitou que o cronograma de atividades atenda todo o projeto e não anualmente, como estava descrito. A
195 segunda alteração está no item 5 “Declaração do Proponente”: o termo MANUAL DE ORIENTAÇÃO AO
196 PRESTADOR DE SERVIÇOS AMBIENTAIS, deve ser substituído pelo Manual de Orientação ao
197 Proponente. **ENCAMINHAMENTOS: 1) Termo de Referência para o Rio de Janeiro:** O TR para aplicação
198 do PSA no Estado do Rio de Janeiro foi aprovado com as seguintes modificações: 1.1) Na minuta do TR
199 deverão constar as metas detalhadas (meta previstas e realizadas) de acordo com o plano de trabalho. 1.2) No
200 item 6.2.2.4 da minuta do TR apresentado, deverão ser excluídos os itens A3, A4, A5 E A6, no quadro
201 referente à formação acadêmica. Já no item B1, a redação deverá ser modificada, incluindo a experiência de
202 trabalho “com foco na área de recuperação de corpos hídricos.”1.3) No anexo III da minuta, no item
203 “Atividades e Cronograma de Execução”, a tabela deverá abranger toda a execução do projeto e não somente
204 um ano, como foi apresentado. 1.4) No anexo III, no item 5 “Declaração do Proponente”, deverá ocorrer uma
205 troca na redação. Onde se lê “Declaro ter conhecimento das disposições contidas no MANUAL DE
206 ORIENTAÇÃO AO PRESTADOR DE SERVIÇOS AMBIENTAIS no Âmbito do Programa de Pagamento
207 por Serviços Ambientais – PSA do CEIVAP e que as informações aqui contidas são expressões da verdade”,
208 leia-se: “Declaro ter conhecimento das disposições contidas no MANUAL DE ORIENTAÇÃO AO
209 PROPONENTE DO CEIVAP no Âmbito do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA do
210 CEIVAP e que as informações aqui contidas são expressões da verdade” 2) Termo de Referência para São
211 Paulo: A CTC solicitou que caso a AGEVAP tenha recebido um novo material para o TR do PSA em São
212 Paulo, o assunto deverá ser colocado em pauta na próxima reunião. 3) Termo de Referência para Minas
213 Gerais: A coordenadora da CTC, Sra. Zeila Piotto, recomendou que os novos representantes de Minas Gerais
214 no biênio 2011-2013 se apliquem na execução do TR para a implantação do PSA no Estado, já que o Estado
215 foi o único que ainda não apresentou a minuta. 4) Como a CTC não tem poderes para criar grupos de
216 trabalho, os membros aproveitaram a presença do secretário do CEIVAP, Sr. Alexandre Nascimento da
217 Silveira, na reunião e reafirmaram o interesse na criação de um GT para o acompanhamento do programa de
218 PSA **Item 4 da pauta – Apresentação referente ao empreendimento UHE Itaocara:** O secretário do
219 CEIVAP, Sr. Alexandre Nascimento da Silveira, explicou que a inclusão do assunto na pauta da reunião
220 partiu de uma consulta feita pelo IBAMA sobre o empreendimento da UHE Itaocara, pedindo um parecer do
221 CEIVAP. O ofício do órgão chegou à AGEVAP no dia 25 de maio, tendo como prazo final para emitir o
222 parecer o dia 6 de junho. Observando o pouco tempo, foi pedida a dilatação do prazo para mais 30 dias.
223 Neste período, o consórcio enviou ao Comitê a documentação sobre o empreendimento, que foi
224 disponibilizado no site do CEIVAP para consulta pública. A Sra. Maria Aparecida Vargas afirmou que o
225 CEIVAP já se manifestou sobre o empreendimento, através de plenária do CEIVAP e CTCs. De acordo com
226 ela, a apresentação do consórcio na Câmara Técnica partiu de um pedido da Sra. Ninon Machado,
227 representante do Instituto Ipanema na plenária. A Sra. Maria Aparecida também ressaltou que a outorga para
228 o empreendimento já foi liberada pela ANA. Apresentação IBAMA: Antes da apresentação dos
229 representantes do Consórcio UHE Itaocara, os membros da CTC assistiram a uma apresentação do IBAMA,
230 realizada pelo Sr. Roberto Huet de Salvo Souza, do Núcleo de Licenciamento Ambiental (NLA) do Estado
231 do Rio de Janeiro. Ele começou explicando que a própria direção da ANA solicitou que o IBAMA estivesse
232 no CEIVAP para esclarecer as dúvidas sobre o empreendimento. Em sua apresentação, ele ressaltou o
233 trabalho do IBAMA e seu trabalho como órgão de licenciamento ambiental e a articulação com os demais
234 atores em torno da licença, dentre eles o CEIVAP. Sobre o empreendimento especificamente, o
235 licenciamento ainda está na fase de Licença Prévia (LP), sendo as duas próximas etapas a Licença de
236 Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO). O Sr. Roberto explicou que nesta fase de Licença Prévia

237 ocorrem as audiências públicas para poder escutar os diferentes setores da sociedade. Para o empreendimento
238 em questão serão realizadas três: Em Estrela D’Alva (MG), no dia 19 de julho; Aperibé (RJ) no dia 20; e em
239 Cantagalo (RJ) no dia 21. “A audiência pública é o momento para esclarecimento de dúvidas e possíveis
240 contribuições para o empreendimento.” Após a apresentação, a Sra. Zeila Piotto questionou o Sr. Roberto
241 sobre o prazo para emissão do parecer do CEIVAP. “Seria ideal que fosse emitido antes da LP, o que não
242 deve acontecer após 30 dias das audiências. Mas este não é uma data final, já que o comitê de bacia pode se
243 manifestar a qualquer hora”, respondeu o Sr. Roberto. A Sra. Moema lembrou que manifestações do Comitê
244 só podem ocorrer através da plenária. **Apresentação UHE Itaocara:** Em seguida o Sr. Redelvim Dumont
245 começou a apresentação sobre o empreendimento, formado por um consórcio entre a CEMIG e a Light. A
246 UHE Itaocara vai gerar uma potência de 195 megawatts, num investimento de R\$ 780 milhões, com o início
247 das obras previsto para o segundo semestre de 2011. O empreendimento vai abranger oito cidades da bacia:
248 Estrela D’Alva, Volta Grande e Pirapetinga, em Minas Gerais; Santo Antonio de Pádua, Aperibé, Itaocara,
249 Cantagalo e Carmo, no Rio de Janeiro. Após a apresentação foi aberto espaço para a realização de perguntas.
250 A Sra. Vera Lucia Teixeira questionou sobre a situação dos pescadores na área abrangida pelo
251 empreendimento. O Sr. Redelvim informou que está sendo feito um trabalho com sete associações de
252 pescadores das localidades. Entretanto, ele informou que a situação da pesca é um vácuo que o setor elétrico
253 ainda não conseguiu resolver, já que as medidas adotadas até aqui não sofreram tantos impactos e que a
254 situação da pesca, de um modo geral, está em situação difícil e que quando começa a se construir um
255 empreendimento elétrico eles acabam sendo visados e esquecendo de outros empreendimentos que causam
256 maior risco, como acidentes. A Sra. Fátima Casarin questionou sobre o saneamento básico nas novas
257 construções que serão erguidas para as famílias que serão removidas das áreas de alagamento e também das
258 construções que serão feitas para atenderem os novos profissionais que trabalharão no empreendimento. A
259 resposta do Sr. Redelvim foi de que caso haja transferências de moradias, será feita uma proposta executiva
260 para evitar os efluentes diretos nos rios. Além disso, o consórcio poderá trabalhar juntamente com as
261 prefeituras para capacitá-las a pegar recursos em linhas de crédito oferecidas pelo Governo Federal, bem
262 como no próprio CEIVAP. A Sra. Ana Maria de Gouvêa enfatizou que é muito difícil o comitê se manifestar
263 em projetos individuais e que o CEIVAP deveria ter uma visão mais ampla sobre o que se pretende sobre a
264 utilização de recursos hídricos, relatando os casos das PCHs construídas no Estado de São Paulo. A Sra. Ana
265 Maria ainda ressaltou que a convocação para a apresentação foi feita de maneira errônea, já que apenas a
266 plenária pode se manifestar. A coordenadora da CTC informou que mesmo que a CTC não possa se
267 manifestar sozinha, ela pode analisar o EIA/RIMA e sugerir encaminhamentos para a plenária analisar. A
268 Sra. Maria Aparecida Vargas questionou a coordenadora se todo o empreendimento na bacia do rio Paraíba
269 do Sul que tiver EIA/RIMA vai precisar passar pela CTC. A Sra. Zeila Piotto explicou que todo EIA/RIMA
270 que envolva recursos hídricos deverá passar pela CTC, sim, para que seja feita a análise. A Sra. Zeila
271 solicitou que para facilitar o trabalho do Comitê, os órgãos licenciadores enviem a documentação com foco
272 na questão dos recursos hídricos para que eles sejam debatidos com maior clareza. O Sr. Roberto Machado
273 de Oliveira, perguntou sobre a questão do esgotamento sanitário nos municípios que serão afetados pelo
274 empreendimento. A Sra. Moema Versiani perguntou se algum dos dois reservatórios do empreendimento é de
275 regularização, se foram analisados problemas na foz, se ocorreu uma delimitação de APP e ainda se os
276 comitês locais vão ser ouvidos, já que o empreendimento vai afetar pelo menos três comitês afluentes: Rio
277 Dois Rios, Baixo Paraíba, no Rio de Janeiro, e o CBH – Pomba e Muriaé, em Minas Gerais. O Sr. Redelvim
278 respondeu aos dois informando que está chamando as prefeituras para discutir de maneira inter-setorial a
279 implantação da UHE, com diversas secretarias. Sobre a questão de saneamento, ele disse que o consórcio não
280 pode substituir o papel do Estado, mas que pode ajudar as cidades no processo de captação de recursos.
281 Sobre a consulta aos comitês afluentes, ele informou que eles serão ouvidos, mas ainda sem data marcada. A
282 Sra. Moema recomendou que sobre a questão de APPs o consórcio procure o INEA, pois o órgão possui uma
283 metodologia para o assunto. O Sr. Luiz Roberto Barretti perguntou se apenas o setor de pesca está sendo
284 analisado ou outros usos da água também. O Sr. Redelvim explicou que as reuniões estão definindo com os
285 usuários em quais pontos serão priorizados. A Sra. Teresa Cristina Brazil de Paiva indagou sobre a duração
286 dos programas de Educação Ambiental. O Sr. Redelvim explicou que a duração dependerá da medida
287 tomada pelo órgão licenciador. **ENCAMINHAMENTOS:** Os membros da CTC deverão enviar as dúvidas
288 sobre a instalação do empreendimento para a coordenadora da CTC, Sra. Zeila Piotto, até o dia 19 de julho.
289 Ela ficará responsável para a consolidação das dúvidas para a próxima reunião da CTC. **Item 6 da pauta –**
290 **Situação das demandas induzidas – ENCAMINHAMENTO:** O assunto deverá retornar à pauta na
291 próxima reunião, como primeiro item a ser discutido. **Item 7 da pauta – Demandas de municípios para**
292 **ações emergenciais – ENCAMINHAMENTO:** O assunto foi retirado de pauta e será discutido na próxima
293 reunião.
294 **Item 8 da pauta – Assuntos gerais:** a) A Sra. Vera Lucia Teixeira informou que o próximo ENCOB já tem
295 data marcada: entre os dias 24 e 28 de novembro, em São Luiz, no Maranhão. b) O Sr. Paulo Valverde falou

296 sobre Fórum Itinerante que vem sendo realizado pelo CBH-Preto e Paraibuna, enfatizando que serão
297 realizadas mais duas etapas do evento: em Rio Preto nos dias 3 e 4 de agosto e Além Paraíba, nos dias 21 e
298 22 de setembro. C) A Sra. Moema Versiani ressaltou a importância de na próxima reunião a CTC definir o
299 calendário de reuniões ordinárias, para que os membros possam se agendar com antecedência. d) A Sra.
300 Zeila Piotto recomendou à AGEVAP que a sala onde foi realizada a reunião da CTC não seja mais utilizada
301 por causa da acústica e que caso a outra sala da AEDB, onde comumente se faz a reunião, não esteja
302 disponível, que seja tentado outro lugar. e) Foi proposta como data da próxima reunião da CTC no dia 26 de
303 julho de 2010. Não havendo mais nada a tratar, a coordenadora deu por encerrada a 1ª Reunião Ordinária da
304 Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por
305 mim, Giovani Rossini de Paula, Secretário *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pela Coordenadora da
306 CTC, Sra. Zeila Piotto, que presidiu a reunião, e pela Relatora da CTC, Sra. Moema Versiani.

307 **Ata aprovada na 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, de 2011,**
308 **realizada no dia 8 (oito) de agosto de 2011, em Resende/RJ.**

309

310

311

312

313

Zeila Piotto
Coordenadora da CTC

314

315

316

Moema Versiani
Relatora da CTC

317

Resende, 20 de junho de 2011